

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020

A Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará, empresa de economia mista vinculada à Secretaria das Cidades, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Bairro Vila União, CEP 60.422-901, doravante denominada Cagece, por intermédio do Comitê de Avaliação de Proposta de Credenciamento de Leiloeiros, torna público que realizará CREDENCIAMENTO para contratação de serviços especializados para organização e condução de procedimento de alienação onerosa de bens móveis inservíveis da Cagece.

1. BASE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/93, Decretos nº 21.981, de 19/10/1932; nº 9.373, de 11/5/2018; e nº 22.427, de 01/02/1933; Instrução Normativa nº 113, de 28/04/2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio e Regulamento de Licitações e Contratos da Cagece.

2. DO OBJETO: Credenciamento de LEILOEIROS OFICIAIS para execução do Procedimento de Alienação onerosa dos bens móveis inservíveis de propriedade da CAGECE, de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

3. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO: O edital de credenciamento estará disponível no *site* da Cagece (www.cagece.com.br).

3.1. O recebimento dos documentos de habilitação do presente credenciamento terá início com a entrega do envelope, contendo toda a documentação pertinente e deverá ser entregue, devidamente fechado, impreterivelmente no local e horário especificados abaixo, apenas em dias úteis:

3.1.1. ENDEREÇO: Rua Lauro Vieira Chaves, nº 1030, Bairro Vila União, Fortaleza/Ce, CEP 60.422-901. Sala da Gerência de Ativos da Cagece (GEATI)

3.1.2. HORÁRIO: 08h às 12h e 13h às 17h.

3.2. Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Fortaleza/Ce.

3.3. A partir da publicação do presente edital e durante a sua vigência, o Comitê de Avaliação de Proposta de Credenciamento de Leiloeiros, poderá, a qualquer tempo, analisar a documentação de novos interessados.

3.4. No local e horário indicados no subitem 3.1 deste Edital serão realizados os procedimentos pertinentes a este credenciamento, com respeito a:

3.4.1. Recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação de cada interessado;

3.4.2. Devolução dos envelopes contendo a documentação dos inabilitados;

3.4.3. Elaboração da relação dos habilitados e posterior publicação para a formalização do rol dos credenciados.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão habilitar-se para o Credenciamento, exclusivamente, Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, que atendam as condições deste Edital e seus Anexos, conforme disposto no Decreto nº 21.981, de 19 de Outubro de 1932, que regulamenta a profissão de Leiloeiro ao território da República.

4.2. Não será admitida neste credenciamento a participação de leiloeiros:

4.2.1. Que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.2.2. Que estejam suspensos temporariamente de participar em licitações e impedidos de contratar com a CAGECE.

4.2.3. Que sejam empregados ou dirigentes de empresa pública ou sociedade de economia mista contratante ou responsável pela licitação (art. 38º da Lei nº 13.303/16).

4.2.4. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

4.2.4.1 A participação de leiloeiro em recuperação judicial será permitida caso comprove o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2015.

4.3. A participação neste Credenciamento importa total ciência dos proponentes das condições deste Edital e seus Anexos.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente as sanções previstas em Lei e neste Edital.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, exclusivamente por meio eletrônico, e-mail comite.credleiloeiros@cagece.com.br, que serão respondidas e divulgadas no *site* da Cagece em até 10 (dez) dias úteis.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do interessado será verificada por meio dos documentos por ele apresentados.

6.2. Os documentos devem ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente, ou original e cópia.

6.2.1. Documentos emitidos pela internet, que possuam em seu conteúdo os elementos de autenticação eletrônica, não necessitam ter suas cópias autenticadas.

6.3. Para o credenciamento, os leiloeiros interessados terão que satisfazer os requisitos relativos à: Habilitação Jurídica; Regularidade fiscal; Qualificação técnica e Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

6.3.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

6.3.1.1. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Ceará, de acordo com o art. 1º e 2º da IN DNRC nº. 113/2010, ou declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial perante a Junta Comercial.

6.3.1.2. Cópia autenticada de Documento de Identificação com foto e CPF;

6.3.2. A documentação relativa à regularidade fiscal:

6.3.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, da sede da proponente:

a) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –

PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive o INSS.

6.3.3. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.3.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) ter o requerente executado de forma satisfatória alienação(ões) de bem(ns) móveis (materiais, veículos, equipamentos, etc.), em um intervalo mínimo de 12 (doze) meses;

6.3.3.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação e assinatura do signatário, indicar as características, quantidades e prazos dos leilões executados pelo participante, e estar instruído com cópia(s) do(s) extrato(s) da(s) publicação(ções) que comprove(m) a realização do(s) procedimentos de alienação(ões).

6.3.3.3. Pedido de Credenciamento (Anexo II);

6.4. Os interessados deverão apresentar, além dos documentos relacionados nos subitens anteriores, as seguintes declarações:

6.4.1. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (Anexo III);

6.4.2. Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 e Demais Legislações Pertinentes (Anexo IV);

6.4.3. Declaração de que está em situação regular para o exercício da profissão (Anexo V);

6.5. A Cagece poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões, declarações e cópias de trabalhos realizados, bem como solicitar outros documentos ou a revalidação dos fornecidos.

6.6. O Leiloeiro Oficial perderá a sua condição de habilitado até a contratação, se a Cagece tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal ou qualificação técnica.

7. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

7.1. Em caráter excepcional, considerando o disposto no Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde no Estado, listando diversas medidas restritivas de enfrentamento da disseminação do novo coronavírus, o interessado poderá encaminhar a documentação para o e-mail **comite.credleiloeiros@cagece.com.br**.

7.2. Após revogação do Decreto, mencionado no item 7.1, o Leiloeiro Oficial habilitado deverá apresentar a documentação, no endereço e horário indicados no item 3.1., em envelope lacrado, devidamente identificado em sua parte externa e frontal, utilizando o modelo a seguir:

**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE
AOS CUIDADOS DA GERÊNCIA DE ATIVOS - GEATI**

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A EXECUÇÃO DE
PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DA CAGECE.

LEILOEIRO:.....CPF:.....

E-MAIL:.....FAX:..... TELEFONES:.....

7.2.1. O interessado poderá encaminhar a documentação exigida por meio de SEDEX, serviço similar ou correspondência registrada, desde que seja recepcionada no Protocolo da CAGECE, assumindo, o requerente, os riscos por eventuais atrasos no transporte e entrega da documentação.

7.3. Para controle dos documentos, contidos no envelope, faz-se conveniente enumerar as páginas, conforme exemplificado a seguir:

- 5/54 (folha 5 do total de 54);
- 1/25 (folha 1 do total de 25).

7.4. O envio dos documentos configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o requerente a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo à participação, quando for o caso.

7.5. Cada Leiloeiro poderá apresentar apenas um envelope contendo a documentação.

8. ANÁLISE DA HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1. O exame e julgamento da documentação recebida serão processados pelo Comitê, em conformidade com as condições estipuladas neste Edital e Anexos.

8.1.1. O Comitê verificará se os documentos apresentados cumprem os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica.

8.1.2. O Comitê poderá conceder prazo adicional para complementar a entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, mediante comunicação eletrônica diretamente aos interessados.

8.1.2.1. O não atendimento ao prazo adicional ensejará o remanejamento do leiloeiro para o final da lista de interessados e a obrigação de apresentar a documentação completa novamente, caso deseje.

8.2. Considerar-se-á habilitado o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido à integralidade das exigências contidas neste Edital e Anexos.

8.3. Será lavrada Ata registrando as principais ocorrências da reunião, em especial a enumeração dos leiloeiros participantes que apresentarem os envelopes contendo os Documentos de Habilitação.

8.4. O critério de ordem de classificação dos leiloeiros habilitados dar-se-á por ordem de recebimento dos envelopes. Em caso de entrega concomitante, o desempate far-se-á por meio de sorteio.

8.5. O Comitê publicará a relação de habilitados no site www.cagece.com.br.

8.5.1. Sempre que houver alterações na lista de credenciados (descredenciamento ou novos credenciados), cabe ao Comitê providenciar a publicação de uma nova lista.

8.5.1. A partir da referida publicação será aberto o prazo para a fase recursal, nos termos do Capítulo 9 deste Instrumento.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Das decisões proferidas pelo Comitê, caberá(ão) recurso(s) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da(s) decisão(ões) no site www.cagece.com.br.

9.2. Os recursos deverão ser encaminhados ao e-mail comite.credleiloeiros@cagece.com.br.

9.2.1. É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo participante.

9.3. Interposto o recurso, dele será dada ciência aos demais interessados no Credenciamento, através da publicação no site da Cagece.

9.2.1. Os interessados poderão contrarrazoá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de publicação no site da Cagece.

10. HOMOLOGAÇÃO

10.1. Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação numerada dos Leiloeiros Oficiais credenciados, respeitando a ordem de classificação, será homologada pelo Diretor-Presidente da Cagece e publicada no DOE e no Sítio eletrônico da Cagece.

11. DA VIGÊNCIA DO EDITAL

11.1. O presente edital de credenciamento terá validade de 36 (trinta e seis) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior, ou ainda revogado antes da data final, a critério exclusivo da Cagece.

12. CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

12.1. Obedecendo a ordem de classificação da lista de Leiloeiros Oficiais, de acordo com a oportunidade e conveniência da Cagece, os habilitados serão convocados a assinar o Termo de Credenciamento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação que será realizada por via postal, com aviso de recebimento.

12.2. O leiloeiro que esteja suspenso/impedido de realizar leilões à época da designação, não poderá assinar o termo de credenciamento, ficando inabilitado e descredenciado.

12.3. O Leiloeiro que formalizar sua desistência à designação antes da assinatura do termo de credenciamento, será preterido, ocasião em que será chamado o próximo habilitado na ordem de classificação.

12.3.1. Nesse caso, este só será novamente designado, após o último credenciado da lista de classificação, referente ao período em que ocorra a desistência.

12.4. No caso de não comparecimento do leiloeiro convocado, no período estipulado no subitem 12.1, será convocado o próximo colocado da lista de classificação.

12.4.1. A ausência do convocado será entendida como desistência, ensejando seu imediato remanejamento para o final da fila, e no caso de reincidência, ensejará o seu descredenciamento e suspensão de nova habilitação pelos próximos 06 (seis) meses, contados da sua segunda desistência.

12.2. O termo a ser firmado regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.303/16.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A não assinatura do Termo de Credenciamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis da convocação será entendida como desistência, e ensejará o imediato remanejamento do

leiloeiro convocado para o final da fila, e no caso de reincidência, ensejará o seu descredenciamento e suspensão de nova habilitação pelos próximos 06 (seis) meses, contados da sua segunda desistência.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do termo de credenciamento, a CAGECE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao credenciado, nos termos do art. 137 do Regulamento de Licitações e Contratos da Cagece, as seguintes penalidades:

13.2.1. Advertência.

13.2.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance mínimo, no caso de desistência da execução de procedimento de alienação, após divulgação da data de sua realização.

b) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão contratual não motivada pela CAGECE.

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor arrematado, no caso de atraso na prestação de contas e no recolhimento do valor à Cagece, até o máximo de 5% (cinco por cento), por dia de atraso.

d) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do lance mínimo ou valor arrematado por dia de atraso no cumprimento das demais obrigações contratuais, até o máximo de 5% (cinco por cento), por dia de atraso.

13.2.3. Suspensão temporária de nova habilitação, por prazo não superior a 6 (seis) meses, e rescisão do termo de credenciamento, no caso de desistência da execução de procedimento de alienação antes da divulgação da data de sua realização.

13.3. A multa poderá ser descontada da comissão do leiloeiro.

13.3.1. Se não for possível o pagamento da multa nos termos acima, o leiloeiro recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da CAGECE; se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.4. O leiloeiro deverá ressarcir a Cagece em 100% (cem por cento) sobre o valor do bem a ser leiloadado (lance mínimo), se o mesmo, enquanto estiver sob a guarda do leiloeiro, for furtado ou roubado ou sofrer perecimento ou depreciação que impossibilite a sua arrematação pelo lance mínimo estipulado.

13.5. Quando as multas aplicadas não cobrirem os prejuízos causados à CAGECE, poderá ser exigida indenização suplementar, considerando a multa como o mínimo de indenização.

13.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

14. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO PRESENTE EDITAL

14.1. A Cagece poderá revogar o presente credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-lo ou prorrogar o prazo para recebimento da documentação, sem que caiba aos(às) interessados(as), quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

14.2. A anulação do procedimento de credenciamento induz à dos respectivos Termos de Credenciamento, e em decorrência dessa anulação os proponentes não terão direito à

indenização, ressalvado o direito do credenciado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do termo, devidamente comprovados.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O Leiloeiro Oficial credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento), atendendo à legislação vigente, pela prestação dos serviços, a ser pago pelo arrematante no ato da alienação.

15.1.1. Quando houver lotes de hidrômetros, o leiloeiro receberá um percentual adicional de 1% (um por cento) para despesas de guarda e descaracterização de hidrômetro, incididos sobre o valor da venda de cada lote.

15.2. As despesas com a realização dos trabalhos mencionados neste edital correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados.

15.3. Não cabe à Cagece qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

15.4. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda, com a entrega do bem ao arrematante, em qualquer hipótese, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da Cagece.

15.5. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços contratados.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A divulgação deste Edital de Credenciamento não caracteriza nenhum direito ou expectativa de faturamento por parte dos leiloeiros, não cabendo à Cagece o ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento, ou pelo fato de o faturamento mensal do credenciado não atingir os níveis por este pretendido.

16.2. A participação no presente credenciamento implica a concordância, por parte do interessado, com todos os termos e condições deste Edital de Credenciamento.

16.3. Os interessados arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de sua documentação para o credenciamento/contratação.

16.4. A falta de data, assinatura e/ou rubrica nas declarações elaboradas pelo próprio participante, somente poderá ser suprida por ele mesmo ou por seu representante legal com poderes para esse fim.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital de Credenciamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

16.6. Os prazos referidos neste Edital somente terão início e fim em dias úteis na localidade da sede da Cagece.

16.7. É facultada ao **Comitê de Avaliação de Proposta de Credenciamento de Leiloeiros** ou autoridade superior da Cagece, em qualquer fase do credenciamento, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.8. Quaisquer dúvidas acerca deste credenciamento deverão ser encaminhadas ao gestor do **Comitê de Avaliação de Proposta de Credenciamento de Leiloeiros** por meio do endereço eletrônico comite.credleiloeiros@cagece.com.br, que serão respondidas e divulgadas no *site* da Cagece em até 10 (dez) dias úteis.

16.9. A Cagece reserva-se o direito de realizar convênio de cooperação técnica com a SEPLAG, caso a quantidade de bens seja irrisória conforme prevê o Decreto 31.845/2015.

17. FORO

17.1. Para dirimir as questões oriundas deste Edital e do futuro Termo de Credenciamento será competente a Seção Judiciária da Justiça Estadual no Estado do Ceará, Subseção Judiciária de Fortaleza.

18. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II – Pedido de Credenciamento
- c) Anexo III – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos
- d) Anexo IV – Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 e Demais Legislações Pertinentes.
- e) Anexo V – Declaração de que está em Situação Regular para o Exercício da Profissão
- f) Anexo VI – Modelo de Formulário de Dados Cadastrais
- g) Anexo VII – Minuta de Termo de Credenciamento.

Fortaleza, _____ de _____ de 20__

GERENTE DE ATIVOS - GEATI

Anexo I – Termo de Referência

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de LEILOEIROS OFICIAIS para execução do Procedimento de Alienação onerosa dos bens móveis inservíveis de propriedade da CAGECE, de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência deste edital

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O credenciamento faz-se necessário para que possamos, por meio de alienação por melhor oferta, proceder ao desfazimento de bens inservíveis da Empresa, a ser realizado na forma da Lei nº 13.303/93, dos Decretos nº 21.981, de 19/10/1932, nº 9.373, de 11/5/2018, e nº 22.427, de 01/02/1933, e da Instrução Normativa nº 113, de 28/04/2010. Ademais, a demora na saída desses materiais ocasiona acúmulo destes, potencializando a existência de foco e proliferação do agente transmissor da dengue, em virtude da dificuldade de movimentação e acomodação correta. Esse cenário de exposição é potencial para a proliferação de doenças, especialmente a dengue, cujo surto em âmbito local e nacional é inquestionável. Dessa forma, é urgente e inadiável a realização de alienação para a destinação final desses materiais.

O tipo de material inservível que será alienado é sistematicamente substituído por equipamentos novos, em função de desgaste e/ou obsolescência, e armazenado ao longo do tempo nas dependências da Cagece. Dessa maneira, considerando que o credenciamento terá duração de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por igual período, conforme subitem 11.1 do Edital de Credenciamento, o credenciado atenderá às novas demandas, que tenderão a repetirem-se.

O objetivo deste credenciamento é descartar uma grande quantidade de bens móveis inservíveis, que ocupam grande espaço físico nesta empresa, para que, uma vez desocupado, sejam utilizados para fins mais produtivos, contribuindo com a missão da Companhia.

O credenciamento de Leiloeiros Oficiais visa também suprir a ausência de servidores habilitados e/ou qualificados nesta Companhia para o exercício dessa atribuição, visto que a organização do procedimento de alienação será realizada pelo credenciado, sob sua responsabilidade e ônus, em local próprio destinado e adequado a esse fim, de conformidade com o disposto nas cláusulas primeira e segunda do **Anexo VIII – Minuta do Termo de Credenciamento**, que integra o Edital de Credenciamento.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem prestados pelo Leiloeiro Oficial abrangem a organização, divulgação e realização de procedimento de alienação de bens móveis inservíveis de propriedade da Cagece, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica.

3.2. Os procedimentos de alienação deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

3.3. O Leiloeiro Oficial deve dispor de solução técnica integrada para realização da alienação oficial dos bens, permitindo recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

3.4. A Cagece reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, por meio de um ou mais membros do **Comitê de Avaliação e Alienação de Bens da Cagece**, a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, para fins de prestar orientações gerais e exercer o controle da respectiva execução contratual.

4. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Somente participarão da distribuição dos serviços os Leiloeiros Oficiais previamente habilitados e classificados em lista publicada no site da Cagece e DOE.

4.2.1. A Cagece seguirá a ordem de classificação dos Leiloeiros, constante na lista, para fins de convocação para assinatura do Termo de Credenciamento.

4.2.2. A convocação do próximo habilitado somente ocorrerá quando o leiloeiro houver atingido o limite de 03 (três) leilões ou decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do Termo de Credenciamento, o que ocorrer primeiro.

4.2.3. A convocação para prestação do serviço será efetivada através de comunicação eletrônica (*e-mail*) encaminhada ao credenciado pela Cagece.

4.2.4. Caso o leiloeiro convocado não possa realizar o procedimento, deverá justificar por meio de ofício ao **Comitê de Avaliação de Proposta de Credenciamento de Leiloeiros**, explicando os motivos para a não realização dos serviços, sendo convocado o próximo leiloeiro no banco de credenciados.

4.2.5. O leiloeiro que não realizar o procedimento de alienação na sua ordem de convocação só será demandado novamente após a realização de procedimento pelo leiloeiro que o antecede no banco de credenciados.

4.3. Quando todos os leiloeiros credenciados forem demandados, a distribuição dos procedimentos será reiniciada, de acordo com o interesse da Cagece, enquanto estiver em vigor o presente edital.

4.4. Para fins de distribuição de serviços, considera-se o primeiro procedimento de alienação como o montante total de bens levantados. Caso haja bens remanescentes, sua alienação, isolada ou em conjunto com outros bens, a critério da Cagece, será considerado novo procedimento de alienação.

4.5. A distribuição dos serviços só ocorrerá de acordo com as necessidades da Cagece, podendo, inclusive, o credenciado não receber serviços durante o período de credenciamento, enquanto estiver vigente o presente Edital de Credenciamento.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O Leiloeiro Oficial credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento), atendendo à legislação vigente, pela prestação dos serviços, a ser pago pelo arrematante no ato da alienação.

5.1.1. Quando houver lotes de hidrômetros, o leiloeiro receberá um percentual adicional de 1% (um por cento) para despesas de guarda e descaracterização de hidrômetro, incididos sobre o valor da venda de cada lote.

5.2. As despesas com a realização dos trabalhos mencionados neste edital correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados.

5.3. Não cabe à Cagece qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

5.4. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda, com a entrega do bem ao arrematante, em qualquer hipótese, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da Cagece.

5.5. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços contratados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CAGECE

6.1. Arrolar os bens a serem alienados.

6.2. Disponibilizar os bens para montagem dos lotes.

6.3. Permitir a vistoria e a entrega dos bens aos arrematantes, através do Leiloeiro.

6.4. Publicar o edital de convocação para o procedimento de alienação no Diário Oficial do Estado – DOE.

6.5. Acompanhar, por meio de funcionário designado pela Cagece, todas as etapas do procedimento de alienação.

6.6. Determinar, junto ao Leiloeiro Oficial, data e hora para realização do Procedimento de alienação.

6.7. Estabelecer horário para visita dos lotes que ficarão sob guarda da Cagece, com a supervisão de 01 (um) empregado da companhia.

6.8. Proceder a entrega dos bens aos arrematantes, mediante apresentação das notas de vendas emitidas e devidamente liberadas pelo Leiloeiro Oficial.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO

7.1. O Leiloeiro Oficial, cuja profissão está regulamentada no Decreto Federal 21.981, de 1932, deverá estar devidamente cadastrado na Junta Comercial do Estado do Ceará.

7.2. Na execução do Termo de Credenciamento, obriga-se o credenciado a cumprir as seguintes condições especiais:

a) Presidir o procedimento de alienação e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas.

b) Seguir, rigorosamente, os prazos do cronograma apresentado pela GEATI na reunião preliminar de preparação do procedimento de alienação.

c) Elaborar os avisos de procedimento de alienação para publicação na imprensa, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Cagece.

d) Elaborar edital oficial das alienações, para reprodução pela Cagece, contendo todas as condições do procedimento, bem como a descrição completa dos bens, para distribuição gratuita aos interessados.

- e) Preparar o material para anúncio do procedimento de alienação, cuja publicidade deverá ser ampla e percorrer os meios eficazes de comunicação, devendo discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visitação e exame.
- f) Agrupar e relacionar os bens disponíveis para alienação em lotes, bem como proceder avaliação dos mesmos através de Laudo de Avaliação, caso seja necessário.
- g) Divulgar o procedimento de alienação por meio de endereço eletrônico na *internet* e distribuir material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha, catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).
- h) Disponibilizar local para guarda dos bens.
- i) Responsabilizar-se integralmente pela guarda dos bens, no tempo em que ficarem depositados no local por ele indicado, inclusive em relação a quaisquer danos, furto, roubo e perecimento.
- j) Disponibilizar instalações adequadas para realização do evento (local próprio ou de terceiros), de fácil localização, em ambiente agradável, com condições de conforto aos interessados, na Cidade de Fortaleza.
- k) Instalar secretaria no local do evento para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Oficial.
- l) Utilizar o sistema audiovisual durante o procedimento de alienação, contendo projetor de imagem que possibilite a visualização de imagens dos bens ou lotes, por todos os participantes do evento.
- m) Atentar sempre para os melhores interesses da Cagece.
- n) Oferecer infraestrutura para viabilizar a participação de interessados via WEB, consistindo em página na *internet* da qual conste aplicativo que contenha, no mínimo, as facilidades enumeradas abaixo:
 - 1) acesso, pelos ofertantes, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação);
 - 2) para efetuar lances via *Internet*, os interessados devem dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas após credenciamento junto ao escritório do Leiloeiro Oficial;
 - 3) mecanismo para efetuar o cancelamento da chave de identificação e da senha;
 - 4) recebimento de lances prévios;
 - 5) inserção na internet dos lances prévios remetidos via fax, via postal ou entregues pessoalmente;
 - 6) realização do evento, recebendo e estimulando lances em tempo “real”, via *internet*, com interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente na Web, possibilitando ao Leiloeiro Oficial receber e estimular lances em tempo “real”;

- 7) inserção dos lances verbais na *internet*, para conhecimento de todos os participantes;
- 8) não permita a aceitação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 9) possua mecanismo que permita a apresentação apenas de lances, cujo valor seja superior ao do último lance anteriormente ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o lote.
- 10) durante o transcurso da sessão pública, os participantes deverão ser informados, em tempo real, do valor do lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 11) em caso de travamento, queda de energia e demais situações a que venha interferir a transmissão do procedimento *on-line*, o leiloeiro aguardará no máximo 30 (trinta) minutos para que a transmissão seja normalizada. Caso isso não ocorra, o leiloeiro dará prosseguimento ao evento, não cabendo ao arrematante *on-line* nenhuma contestação quanto ao valor ofertado seja venda e /ou condicional.
 - o) Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Cagece.
 - p) Disponibilizar número de telefones (celulares e fixos), fax, *e-mails* ou outro meio hábil para comunicação pela Cagece, durante a vigência do Termo de Credenciamento.
 - q) Pagar todos os tributos e quaisquer ônus de origem federal, estadual ou municipal incidentes sobre os serviços.
 - r) Contratar capatazia para arrumação e loteamento dos bens.
 - s) Apresentar sugestão de avaliação de preços mínimos para os lotes formados.
 - t) Conceder tratamento igualitário a todos os bens disponibilizados para alienação, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor ou liquidez dos bens.
 - u) Realizar a comunicação de que, se todos os lotes não alcançarem o lance mínimo, seguir-se-á outro(s) procedimentos até que todos os bens sejam arrematados.
 - v) Orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado.

7.2.1. Condições especiais para os hidrômetros:

- a) Garantir a pesagem e o transporte dos hidrômetros, seguindo ao procedimento abaixo:
 1. Prévia pesagem da tara do caminhão que transportará as carcaças de hidrômetros, acompanhado de colaborador da Cagece;
 2. Retirada dos hidrômetros da Gerência de Medição – GEMED, localizada na esquina das ruas José Vieira e Rua Celso Tinôco, Bairro Aeroporto;
 3. O caminhão carregado de hidrômetros se encaminhará para nova pesagem, acompanhado de colaborador da Cagece;

4. Após a pesagem dos hidrômetros, o Leiloeiro os encaminha para local determinado para guarda, até o momento de entrega-los ao arrematante.
- b) Garantir a guarda das carcaças de hidrômetros em local apropriado.
- c) Garantir o amassamento das carcaças de hidrômetros, após o procedimento de alienação, com equipamento que comprove a inutilização dos mesmos, de forma que fiquem impossibilitados para reutilização como hidrômetros.
- d) O procedimento de amassamento será acompanhado por colaborador indicado pelo **Comitê de Avaliação e Alienação de Bens da Cagece**.
- e) Os custos de amassamento e armazenagem estão inclusos no pagamento do percentual adicional, conforme descrito no subitem 15.1.1 do Edital.
- f) O procedimento de amassamento consistirá dos passos:
 1. As carcaças serão encaminhadas para desfiguração em local adequado e previamente aprovado pela **Comitê de Avaliação e Alienação de Bens da Cagece**, acompanhado de colaborador da Cagece;
 2. As carcaças desfiguradas ficarão na guarda e responsabilidade do Leiloeiro até a entrega ao(s) arrematante(s), conforme rege este Termo de Referência.

8. DO LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO DOS BENS

8.1 O local para a realização do procedimento de alienação será indicado pelo Leiloeiro Oficial, com anuência da Cagece.

9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. O Leiloeiro Oficial terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de encerramento das alienações, para prestar contas através do recolhimento das importâncias devidas à Cagece, descontados o percentual de comissão de vendas ofertado, e apresentar os seguintes documentos: Relatório Final, demonstrativo financeiro e comprovantes de pagamentos (Recibos) correspondentes. Tudo em consonância com as obrigações estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos.

9.2. O recolhimento dos valores arrecadados pelo Leiloeiro deve ser efetuado por meio de depósito no Banco _____, agência _____ conta corrente _____ em nome da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.

9.3. O relatório final de cada procedimento de alienação deverá apresentar: descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ e nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados. O relatório deverá conter ainda as seguintes informações:

- 1)** todos os lances ofertados para o lote ou, pelo menos, os três maiores, se houver, constando a identificação dos ofertantes.
- 2)** demais fatos relevantes ocorridos no evento, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem ou lote.
- 3)** a relação de bens remanescentes.

9.3. O relatório de prestação de contas do Procedimento de alienação somente será aprovado pelo **Comitê de Avaliação e Alienação de Bens da Cagece**, se cumpridas, pelo Credenciado, todas as condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento e seus anexos.

10. DA VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

10.1. O Termo de Credenciamento vigorará pelo prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua assinatura, ou realização de 03 (três) procedimentos de alienação, o que ocorrer primeiro.

10.1.1. Fica desde já estabelecido que dentro do prazo descrito no **subitem 10.1 deste Termo de Referência** podem ocorrer até 03 (três) procedimentos de alienações, independentemente da quantidade de bens inservíveis por procedimento, de acordo com interesse da CAGECE.

11. DO PREPOSTO DO LEILOEIRO

11.1. Em consonância com o previsto no art. 11 do Decreto nº 21.981, de 1932, e cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência o Leiloeiro Oficial deverá exercer pessoal e privativamente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional, caso em que se fará substituir por preposto, se houver.

11.2. O preposto indicado pelo Leiloeiro Oficial prestará as mesmas provas de habilitação exigidas no art. 2º do Decreto 21.981 de 1932 e no item 6 do Edital de Credenciamento, sendo considerado mandatário legal do proponente para o efeito de substituí-lo e de praticar, sob a sua responsabilidade, os atos que lhe forem inerentes, de acordo com o que preceitua o art. 12 da norma supracitada.

11.3. Na ocorrência da situação enunciada no subitem 11.1 deste Termo de Referência e caso o Leiloeiro Oficial não possua preposto habilitado, deverão os procedimentos de alienação anunciados serem adiados imediatamente, devendo na sequência ser convocado para contratação o próximo leiloeiro credenciado da lista, conforme subitem 13.4 do Edital de Credenciamento.

12. DA ENTREGA DO BEM

12.1. O arrematante dos lotes poderá retirar os bens, após o pagamento devido, mediante autorização, nos seguintes locais:

12.1.1. Lote de sucata de Hidrômetros: no Local destinado de guarda do Leiloeiro.

12.1.2. Lote das Bombonas e dos Bens inservíveis/Obsoletos e Veículos: Galpão 9 – GEATI – situada na Av. Carneiro de Mendonça, 1900 – Demócrito Rocha – Fortaleza – Ce.

12.2. O arrematante deverá efetuar a PESAGEM OFICIAL da sucata de hidrômetros, após procedimento de alienação, às suas expensas. O resultado oficial da pesagem servirá de base para eventual recolhimento complementar, ou restituição de parte do numerário recolhido.

12.3. Os bens arrematados somente serão liberados para entrega mediante a presença dos arrematantes ou com procuração específica e comprovado o atendimento às legislações ambientais e às exigências constantes no Edital que rege o procedimento de alienação.

12.4. A não retirada do(s) lote(s) arrematado(s) do(s) local(is) indicado(s) nos itens anteriores, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da comprovação do

pagamento, implicará na declaração de abandono, retornando o bem a depósito para ser leiloadado em outra oportunidade.

13. DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 Caberá ao colaborador designado pela Cagece supervisionar a prestação dos serviços, verificando se todas as obrigações foram cumpridas, assim como solicitar a aplicação de penalidades ao leiloeiro credenciado pelas irregularidades cometidas ou descumprimento de qualquer cláusula contratual.

13.2. A não execução na íntegra ou em parte das exigências deste Termo de Referência será motivo de aplicação das penalidades na forma da lei e previstas no item 13 do Edital de Credenciamento.

13.3. Os bens arrematados deverão ser pagos à Vista.

13.4. Os bens cujos pagamentos e retiradas não se processarem na forma e no prazo estabelecidos no item 15 do Edital e 12 deste Termo de Referência, perderão os adquirentes os valores pagos, sendo os bens reintegrados ao patrimônio da Cagece, sem que lhes caibam quaisquer direitos ou reclamações judiciais e/ou extrajudiciais.

13.5. O oferecimento do lance para aquisição dos bens de que trata o Edital, importa em total aceitação das condições gerais nos mesmos fixados e a expressa renúncia dos arrematantes a ações judiciais e extrajudiciais de contestação de suas Cláusulas.

13.6. Os arrematantes receberão os bens nos locais e nas condições em que os mesmos se encontram. O leiloeiro oficial e a Cagece não garantem a qualidade ou condições físicas dos bens.

13.7. Em nenhuma hipótese será aceita desistência do adquirente do bem ou alegações de desconhecimento das Cláusulas deste Termo de Referência e das características do(s) bem(ns) adquiridos e descritos em seu respectivo ANEXO, para eximirem-se de obrigações geradas pelo mesmo.

13.8. O lote será liberado após a sua quitação e a partir do segundo dia útil após a realização do procedimento de alienação, sendo obrigatória a comprovação do depósito original, não sendo aceito cópia.

13.8.1. O arrematante deverá providenciar a identificação do comprovante de pagamento do seu respectivo lote. Caso contrário, o lote poderá ser cancelado, perdendo o arrematante o princípio de pagamento mais comissão do leiloeiro, sem que caiba ao mesmo qualquer recurso, indenização e/ou interpelação judicial.

13.9. A Cagece, caso venha a cancelar o procedimento de alienação, reembolsará o(a) **leiloeiro(a)** de todas as despesas pelo mesmo incorridas com a realização do evento, salvo, se proceder a exclusão de bens do procedimento (lote total ou parcial).

Anexo II - Pedido de Credenciamento

Eu,, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JCCE número, da cédula de Identidade número, e do CPF, residente/domiciliado no município de/....., à Rua, Bairro, CEP, telefone e-mail DECLARO, por este ato jurídico, ter interesse em me credenciar, com o objetivo de realizar Procedimentos destinados à alienação de bens móveis inservíveis da Cagece e prévia ciência e compreensão, em tempo hábil e suficiente, do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do instrumento de convocação, Edital de Credenciamento nº 01/2020.

..... de de 20
Local e data

.....
Assinatura

Anexo III – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos

REFERÊNCIA: Processo de credenciamento de leiloeiros oficiais para realização de Procedimento de alienação de bens móveis inservíveis de propriedade da Cagece

Eu,, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JCCE número, da cédula de Identidade número, e do CPF, residente/domiciliado no município de/....., à Rua, Bairro, CEP DECLARO, sob as penas da Lei, que, até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação, bem como não me acho declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.

..... de de 20
Local e data

.....
Assinatura

**Anexo IV – Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da
Constituição Federal de 1988 e Demais Legislações Pertinentes.**

REFERÊNCIA: Processo de credenciamento de leiloeiros oficiais para realização de
Procedimento de alienação de bens móveis inservíveis de propriedade da Cagece

Eu,, Leiloeiro Oficial, portador
da matrícula na JCCE número, da cédula de Identidade
número, e do CPF, residente/domiciliado no
município de/....., à Rua,
Bairro, CEP DECLARO, sob as penas da Lei,
em obediência ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, no inciso III
do art. 71 do Regulamento de Licitações e contratos da Cagece que não emprego
menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores
de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos
14 (quatorze) anos.

..... de de 20
Local e data

.....
Assinatura

**Anexo V – Declaração de que Está em Situação Regular para o Exercício da
Profissão.**

REFERÊNCIA: Processo de credenciamento de leiloeiros oficiais para realização de procedimento de alienação de bens móveis de propriedade da Cagece

Eu,, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JCCE número, da cédula de Identidade número, e do CPF, residente/domiciliado no município de/....., à Rua, Bairro, CEP DECLARO, sob as penas da Lei, que não me encontro destituído, suspenso, ou impedido de exercer a função de Leiloeiro Oficial, nos termos dos artigos 16 a 18 do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 12 a 13 da Instrução Normativa nº 113, de 28/04/2010 expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

..... de de 20
Local e data

.....
Assinatura

Anexo VI – Modelo de Formulário de Dados Cadastrais

LEILOEIRO OFICIAL

NOME:
NACIONALIDADE:
ESTADO CIVIL: PROFISSÃO:
DATA DE NASCIMENTO:/...../..... RG:
ÓRGÃO EMISSOR: UF: CPF:
ESCOLARIDADE: CURSO:
NOME DA INSTITUIÇÃO:
DATA DE CONCLUSÃO:/...../.....
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL DO CEARÁ:

Endereços: Preencher e assinalar com um “X” qual deve ser utilizado em seu cadastro.

() Residencial:

Rua: Número:
Complemento: CEP: Cidade:
Telefone (.....) Celular: (.....)
E-mail:

() Profissional:

Rua: Número:
Complemento: CEP: Cidade:
Telefone (.....) Celular: (.....)
E-mail:

Declaro que as informações acima são verdadeiras.

....., de de 20

Local e data

.....

Assinatura

Anexo VII – Minuta do Termo de Credenciamento

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº xx/20xx – DJU – CAGECE

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO
DO CEARÁ – CAGECE E O LEILOEIRO OFICIAL
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA PROMOVER A
VENDA DE BENS INSERVÍVEIS, NA FORMA
ABAIXO:

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, Sociedade de Economia Mista Estadual, vinculada a Secretaria das Cidades, com sede em Fortaleza/CE, na Rua Dr. Lauro Vieira Chaves, nº 1030 – Vila União, inscrita no CNPJ sob o nº 07.040.108/0001-57, doravante designada CAGECE, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Neurisangelo Cavalcante de Freitas, brasileiro, casado, contador, e o seu Diretor de Gestão Corporativa, Dario Sidrim Perini, brasileiro, casado, administrador, residentes e domiciliados em Fortaleza/CE, e o Leiloeiro Público XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominado CREDENCIADO, considerando o disposto no processo administrativo xxxxxxxx para contratação de leiloeiros públicos, regido pela Lei 13.303/16, resolvem de mútuo acordo celebrar o presente Termo de Credenciamento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E INSTRUMENTOS:

1.1 Fundamenta-se este Termo de Credenciamento na autorização do Diretor Presidente da Cagece, no Edital de Credenciamento Nº 01/2020 para credenciamento de leiloeiros oficiais, com respaldo no **art. 30, caput da Lei nº 13.303/16 e suas alterações, combinado com o art. 37, XXI da CF/88**, na Justificativa Técnica da Gerência de Ativos – GEATI, e nos demais despachos e documentos constantes do Processo nº XXXXXX Cagece.

1.2. A execução dos serviços objeto deste Termo de Credenciamento é regida pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Cagece, pelas cláusulas e condições dispostas neste instrumento, todos partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Este instrumento tem por finalidade a contratação de serviços profissionais de leiloeiro qualificado e matriculado na Junta Comercial, na forma da lei, para proceder a alienação de bens móveis inservíveis, pela maior oferta de preço, mantidos pela Cagece, devidamente especificados no Anexo IX – Relação de bens a serem alienados do Edital de Credenciamento.

2.2. Todos os serviços serão rigorosamente executados de acordo com os detalhes, condições gerais e especificações técnicas constantes da Cagece e as contidas neste instrumento.

2.3. Os itens e quantitativos dos bens inservíveis previstos neste Termo de Credenciamento, com os seus respectivos valores de lance mínimo, são os constantes da planilha anexa, integrante do Termo de Referência.

2.4. Os bens inservíveis serão ofertados e vendidos no estado e nas condições em que se encontram e não serão aceitas reclamações posteriores à arrematação, inclusive quanto a eventuais defeitos ou vícios ocultos, e nem desistências, tendo em vista a faculdade conferida ao arrematante de vistoriar o bem, isentando a Cagece e o Leiloeiro de quaisquer responsabilidades, conforme item 13.6 e 13.7 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital de Credenciamento.

2.5 A organização do procedimento de alienação deverá ser realizada pelo CREDENCIADO, sob sua responsabilidade e ônus, em local próprio destinado e adequado a esse fim.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. São obrigações do Credenciado:

3.1.1. Presidir o procedimento de alienação e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas.

3.1.2. Elaborar os avisos de procedimento de alienação para publicação na imprensa, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Cagece.

3.1.3. Elaborar edital oficial das alienações, para reprodução pela Cagece, contendo todas as condições do procedimento, bem como a descrição completa dos bens, para distribuição gratuita aos interessados.

3.1.4. Preparar o material para anúncio do procedimento de alienação, cuja publicidade deverá ser ampla e percorrer os meios eficazes de comunicação, devendo discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visitação e exame.

3.1.5. Agrupar e relacionar os bens disponíveis para alienação em lotes, bem como proceder avaliação dos mesmos através de Laudo de Avaliação, caso seja necessário.

3.1.6. Remeter divulgar o procedimento de alienação por meio de endereço eletrônico na *internet* e distribuir material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha, catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).

3.1.7. Disponibilizar local para guarda dos bens.

3.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela guarda dos bens, no tempo em que ficarem depositados no local por ele indicado, inclusive em relação a quaisquer danos, furto, roubo e perecimento.

3.1.9. Disponibilizar instalações adequadas para realização do evento (local próprio ou de terceiros), de fácil localização, em ambiente agradável, com condições de conforto aos interessados, na Cidade de Fortaleza.

3.1.10. Pagar todos os tributos e quaisquer ônus de origem federal, estadual ou municipal incidentes sobre os serviços.

3.1.11. Realizar a comunicação de que, se todos os lotes não alcançarem o lance mínimo, seguir-se-á outro(s) procedimentos até que todos os bens sejam arrematados.

3.1.12. Cumprir as demais obrigações do item 7 do Anexo I – Termo de Credenciamento.

3.2. São obrigações da Cagece:

3.1.1. Arrolar os bens a serem alienados.

3.2.2. Disponibilizar os bens para montagem dos lotes.

3.3.3. Permitir a vistoria e a entrega dos bens aos arrematantes, através do Leiloeiro.

3.4.4. Publicar o edital de convocação para o procedimento de alienação no Diário Oficial do Estado – DOE.

3.5.5. Acompanhar, por meio de funcionário designado pela Cagece, todas as etapas do procedimento de alienação.

3.6.6. Determinar, junto ao Leiloeiro Oficial, data e hora para realização do Procedimento de alienação.

3.7.7. Estabelecer horário para visita dos lotes que ficarão sob guarda da Cagece, com a supervisão de 01 (um) empregado da companhia.

3.8.8. Proceder a entrega dos bens aos arrematantes, mediante apresentação das notas de vendas emitidas e devidamente liberadas pelo Leiloeiro Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. Este Termo de Credenciamento vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura, ou realização de 03 (três) procedimentos de alienação, o que ocorrer primeiro, atendendo na íntegra o que dispõe o item 10 do Anexo I – Termo de Referência.

4.2. Caso o evento ocorra durante o prazo acima, porém, existam obrigações acessórias pendentes, a vigência será automaticamente prorrogada até que tais pendências sejam sanadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O CREDENCIADO receberá o percentual de 5% (cinco por cento), atendendo à legislação vigente, pela prestação dos serviços, a ser pago pelo arrematante no ato da alienação.

5.1.1. Quando houver lotes de hidrômetros, o CREDENCIADO receberá um percentual adicional de 1% (um por cento) para despesas de guarda e descaracterização de hidrômetro, incididos sobre o valor da venda de cada lote.

5.3. As despesas com a realização dos trabalhos mencionados neste edital correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados.

5.4. Não cabe à Cagece qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

5.5. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda, com a entrega do bem ao arrematante, em qualquer hipótese, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da Cagece.

5.6. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. O Leiloeiro Oficial terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de encerramento das alienações, para prestar contas através do recolhimento das importâncias devidas à Cagece, descontados o percentual de comissão de vendas ofertado.

6.2. O recolhimento dos valores arrecadados pelo Leiloeiro deve ser efetuado por meio de depósito no Banco Bradesco, agência [REDACTED] conta corrente [REDACTED] em nome da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO DAS ARREMAÇÕES

7.1. O lance vencedor será pago pelo arrematante à vista, no ato da arrematação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do termo de credenciamento, a CAGECE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao credenciado, nos termos do art. 137 do Regulamento de Licitações e Contratos da Cagece, as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance mínimo, no caso de desistência da execução de procedimento de alienação, após divulgação da data de sua realização.

b) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão contratual não motivada pela CAGECE.

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor arrematado, no caso de atraso na prestação de contas e no recolhimento do valor à Cagece, até o máximo de 5% (cinco por cento), por dia de atraso.

d) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do lance mínimo ou valor arrematado por dia de atraso no cumprimento das demais obrigações contratuais, até o máximo de 5% (cinco por cento), por dia de atraso.

8.1.3. Suspensão temporária de nova habilitação, por prazo não superior a 6 (seis) meses e rescisão do termo de credenciamento, no caso de desistência da execução de procedimento de alienação antes da divulgação da data de sua realização.

8.2. A multa poderá ser descontada da comissão do leiloeiro.

8.2.1. Se não for possível o pagamento da multa nos termos acima, o leiloeiro recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da CAGECE; se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

8.3. O leiloeiro deverá ressarcir a Cagece em 100% (cem por cento) sobre o valor do bem a ser leiloadado (lance mínimo), se o mesmo, enquanto estiver sob a guarda do leiloeiro, for furtado ou roubado ou sofrer perecimento ou depreciação que impossibilite a sua arrematação pelo lance mínimo estipulado.

8.4. Quando as multas aplicadas não cobrirem os prejuízos causados à CAGECE, poderá ser exigida indenização suplementar, considerando a multa como o mínimo de indenização.

8.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A Cagece poderá rescindir o Termo de Credenciamento, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Recusa do serviço, após assinatura do Termo de Credenciamento, independentemente do motivo, por 02 (duas) vezes durante sua validade ou a demonstração de desempenho operacional insatisfatório, avaliado pela Gerência de Ativos;
- b) Omissão de informações ou a prestação de informações inverídicas;
- c) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte do credenciado;
- d) Instauração de insolvência civil do credenciado;
- e) Infrações à legislação trabalhista por parte do credenciado;
- f) Razões de interesse público ou na ocorrência de uma das hipóteses do art. 148, inciso III do Regulamento de Licitações e Contratos da Cagece;
- g) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a Fiscalização do Processo de Alienação ficarão a cargo da Gerência de Ativos.

10.2. Além de fiscalizar o pleno atendimento às exigências do edital e seus anexos, a área fará o acompanhamento das ações elencadas abaixo:

- a) Acompanhar a execução do cronograma apresentado pela GEATI, na reunião preliminar de preparação do procedimento de alienação.

- b) Elaborar, em conjunto com leiloeiro(a) credenciado(a), o edital de procedimento de alienação, definindo as regras de realização do certame e condições de participação dos arrematantes.
- c) Acompanhar, através de colaborador designado, a realização do procedimento de alienação registrando o valor de cada lote arrematado, para posterior confronto com a prestação de contas.
- d) Dirimir quaisquer impasses com relação aos lotes não confirmados, decidindo pela atribuição de novo valor de lance mínimo até a sua arrematação ou, se for o caso, estabelecendo o novo certame para comercialização dos lotes remanescentes e outros que porventura surgirem.
- e) Analisar, junto com o Comitê de Avaliação e Alienação de Bens Patrimoniais, a proposta do leiloeiro com relação à formação dos lotes, assim como, definir o valor do lance mínimo de cada lote e aprová-los, caso esteja de acordo com os interesses da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Credenciamento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitar as condições aqui dispostas, razão pela qual, na presença das testemunhas abaixo firmadas, assinam este Termo de Credenciamento, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, ____ de _____ de 20__

Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Diretor-Presidente da Cagece

Dario Sidrim Perini
Diretor de Gestão Corporativa da Cagece

Ana Edilsa Carneiro Moreira
Gerente da Consultoria da Cagece

Representante da Contratada
CPF:

Testemunhas:

1 – Nome:
CPF:

2 – _____
Nome:
CPF:
Advogado – Cagece